



A SOCIOEDUCAÇÃO NO INSTAGRAM: MAPEAMENTO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO

SOCIOEDUCATION ON INSTAGRAM: MAPPING THE BRAZILIAN SOCIOEDUCATIONAL SERVICE

SOCIOEDUCACIÓN EN INSTAGRAM: MAPEO DEL SERVICIO SOCIOEDUCATIVO BRASILEÑO

Priscilla Swaze Anchieta Silva*
Patrícia Rakel de Castro Sena**

RESUMO: O artigo apresenta um mapeamento sobre as instituições brasileiras que executam a política pública da Socioeducação no Instagram, para refletir sobre o processo de polarização e invisibilidade desta temática. Essa proposta de estudo se apresenta pelo histórico de preconceitos e distanciamento com a Socioeducação pela sociedade. Para isso, buscou-se apoio nos conceitos de Socioeducação, Mídia Social Digital, Comunicação Pública, Polarização e Invisibilidade para construir esse debate; uma pesquisa de campo em dados públicos virtuais e abertos para mapeamento das instituições que possuem perfis no Instagram, e a análise dos conteúdos na perspectiva da pesquisa quantitativa e qualitativa.

Palavras-chave: Socioeducação. Instagram. Comunicação Pública. Polarização. Invisibilidade.

ABSTRACT: The article presents a mapping about the Brazilian institutions that execute the public policy of Socioeducation on Instagram, to reflect on the process of polarization and invisibility of this theme. This study proposal is presented by the history of prejudice and distancing with Socioeducation by society. For this, we sought support in the concepts of Socioeducation, Digital Social Media, Public Communication, Polarization and Invisibility to build this reasoning; a field research in virtual and open public data for mapping the institutions that have profiles on Instagram, and the data analysis from the perspective of quantitative and qualitative research.

Keywords: Socioeducation. Instagram. Public communication. Polarization. Invisibility.

RESUMEN: El artículo presenta un mapeo sobre las instituciones brasileñas que ejecutan la política pública de Socioeducación en Instagram, para reflexionar sobre el proceso de polarización e invisibilización de este tema. Esta propuesta de estudio se presenta por la historia de prejuicio y distanciamiento con la Socioeducación por parte de la sociedad. Para ello, se buscó apoyo en los conceptos de Socioeducación, Medios Sociales Digitales, Comunicación Pública, Polarización e Invisibilidad para construir este razonamiento; una investigación de campo en datos públicos virtuales y abiertos para el mapeo de las instituciones que tienen perfiles en Instagram, y el análisis de datos desde la perspectiva de la investigación cuantitativa y cualitativa.

Palabras clave: La socioeducación. Instagram. Comunicación pública. Polarización. Invisibilidad.

* Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado profissional (PPGCOMPro) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Comunicação e Marketing Integrados pela Universidade Cruzeiro do Sul. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e em Comunicação com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Estácio de São Luís.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6347-7362>
E-mail: priscilla.swaze@discente.ufma.br

** Docente do Departamento de Comunicação Social - Jornalismo e Vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado Profissional (PPGCOMPro) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em co-tutela com o curso de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior (UBI) - Portugal. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFRN.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9208-1693>
E-mail: patricia.rakel@ufma.br

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo trata sobre a política pública da Socioeducação no Instagram analisada pelo viés da Comunicação Pública, da invisibilidade e da polarização.

A Socioeducação atende adolescentes que cometeram ato infracional, conforme a Lei Federal nº 12.594/2012, e essa política pública interage diretamente com os debates nacionais sobre a redução da maioria penal, maior rigidez e o aumento temporal das medidas socioeducativas, portanto, pautas públicas sensíveis para a sociedade e que necessitam de mais informações e esclarecimentos sobre os seus parâmetros e funcionamento.

E tendo em vista a ascensão das plataformas digitais como canal oficial de Comunicação Pública das gestões federal, estadual e municipal, por possibilitar maior alcance no compartilhamento dos conteúdos produzidos, estima-se mais visibilidade às informações pertinentes ao Atendimento Socioeducativo para desconstruir alguns preconceitos e percepções cristalizadas na sociedade.

Esse cenário de visibilidade pode ser influenciado também a partir de onde a política da Socioeducação esteja alocada na estrutura de governança de cada gestão estadual, ou ainda indicar sua tendência de execução, seja mais sociopedagógica ou mais militarizada.

Contudo, nos últimos quatro anos vividos no contexto do fenômeno Bolsonarismo, a nível nacional, percebeu-se um acirramento de algumas questões como a alocação da política Socioeducativa junto a pauta dos presídios, o que vai na contramão das legislações brasileiras para adolescentes e jovens, assim como o fortalecimento da tendência socioeducativa mais militarizada, reforçando a cristalização de estigmas e o discurso de ódio para com essa temática do Socioeducativo, sobretudo, em mídias digitais como o Instagram.

Assim, este estudo tem dois intuitos: compreender como a Socioeducação está alocada nas gestões estaduais, e a forma como essa temática se projeta na plataforma do Instagram (se pautada pela Comunicação Pública e a abordagem dos processos socioeducativos), para tentar identificar como se dão as tendências de polarização e invisibilidade.

Para isso, este estudo busca suporte nos conceitos sobre Socioeducação (legislações do ECA e do SINASE; CARLOS, 2019; COSTA, 2015), Mídia Social Digital (MARTINO, 2014; JENKINS; GREEN; FORD, 2014; RECUERO, 2009), Comunicação Pública (DUARTE, 2009), Polarização e (In)Visibilidade (D'ALMONTE, 2021; BRAGA, 2020). Para o mapeamento, buscou-se uma pesquisa de campo em dados públicos abertos (sites institucionais e na plataforma do Instagram nos perfis das instituições). A metodologia de análise dos dados é a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), na perspectiva da pesquisa qualitativa e quantitativa. De posse desses dados, será possível mapear como a Socioeducação está posta no cenário brasileiro no Instagram.

2 SOCIOEDUCAÇÃO

Socioeducação é o termo utilizado para designar a política pública destinada aos adolescentes de 12 a 18 anos envolvidos com a prática do ato infracional e suas famílias, nos termos das leis do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, e do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

As existências dessas leis são resultado de um processo social e histórico de luta pelos direitos de crianças e adolescentes, que passa de uma política repressora e de negação de direitos para o paradigma da proteção integral, referendado na Constituição de 1988. Isso representa uma ruptura estrutural muito significativa (CARLOS, 2019).

Assim, no Brasil, conforme a legislação posta e a exemplo das demais políticas públicas, a Socioeducação deve se estruturar em três instâncias: União, com o objetivo de estabelecer diretrizes de funcionamento, prestar assistência técnica e suplementação financeira; Estadual, com a execução das medidas socioeducativas em meio fechado - internação e semiliberdade; Municipal, com a execução das medidas em meio aberto - prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. As medidas são aplicadas conforme a gravidade do ato praticado e buscam orientar e apoiar o adolescente, com o objetivo de reinseri-lo na vida familiar e comunitária. Via de regra, devem ser priorizadas a aplicação de medidas em meio aberto e, apenas em casos excepcionais as restritivas e privativas de liberdade, a saber, semiliberdade e internação em estabelecimento socioeducativo (SILVA, 2018).

Hoje, de acordo com levantamento anual do SINASE, em 2020, no eixo 03 - Programas do SINASE, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a pedido do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, quase 20 mil adolescentes cumprem medidas socioeducativas, e na prática, o cenário sobre o Atendimento Socioeducativo se coloca da seguinte forma: a União colabora com a sistematização e diretrizes, porém a suplementação financeira e assistência são incipientes; e nos municípios a política funciona de forma desarticulada e sem impacto, o que acarreta a sobrecarga dos Estados com a medida de internação, que apresenta uma ação mais estruturada e, por isso, tem a preferência do sistema de justiça na sua aplicação.

Sobre as medidas em meio fechado - internação e semiliberdade, pela legislação, os adolescentes que tenham cometido ato infracional mais graves são privados de liberdade pelo sistema de justiça, pelo período de seis meses a três anos, e internados em estabelecimentos socioeducativos (que devem ser similares a uma escola), tendo resguardados os seus direitos fundamentais de acesso à educação, saúde, esporte, cultura e outros, previstos em Constituição. As famílias devem participar desse processo e realizar o acompanhamento contínuo e manter o vínculo (SILVA, 2018).

Quando se fala sobre a Socioeducação funcionar em estabelecimentos socioeducativos, similares a escola, isso implica dizer que esses adolescentes têm um conjunto de normas internas a seguir do ponto de vista da rotina, das responsabilidades inerentes à escolarização e profissionalização, às suas metas psicossociais a serem cumpridas e o seu desenvolvimento comunitário. A única diferença entre as medidas em meio fechado, é que na semiliberdade a escolarização e profissionalização/inserção no mercado de trabalho devem ser realizados na comunidade do entorno das unidades socioeducativas ou com parceiros, com o devido monitoramento da equipe de acompanhamento do adolescente por uma equipe técnica. E para essas ações terem êxito, eles têm o acompanhamento de uma gama de profissionais, assim como a articulação institucional entre as diversas políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos para o bom funcionamento do sistema, considerando sua complexidade (MARANHÃO, 2017). Assim, ao mesmo tempo, que o processo de medida socioeducativa se estrutura numa perspectiva de responsabilização (privação de liberdade), também se alicerça a partir de um processo sociopedagógico e os dois devem ter a mesma proporção conforme prevê o ECA e o SINASE (COSTA, 2015).

Nesse sentido, a partir dos pontos colocados acima, reside um dos pontos mais controversos envolvendo a Socioeducação. Mesmo com os 31 anos de existência do ECA e toda a sistematização do atendimento socioeducativo, ainda permanece cristalizado no imaginário da sociedade o cenário das antigas Fundações Estaduais para o Bem-Estar do Menor (FEBEM's)¹, as afirmações de que é desperdício de dinheiro público investir na Socioeducação, que o certo seria a redução da maioridade penal e alocação desses adolescentes num presídio porque eles são “bandidos” assim como outros, ou que esse socioeducando deve ficar recluso para o resto da vida. Discursos esses inflamados no contexto atual pela propagação de fake news e polarização do cenário político nacional, que se reflete na execução do atendimento socioeducativo nos Estados. Isso representa um contrassenso, pois a sociedade quer responsabilização, mas não quer ressocialização ou reinserção social desses adolescentes e jovens.

E a partir disso, se colocam os desafios para o âmbito da comunicação ao produzir conteúdo sobre a temática do atendimento socioeducativo, especialmente nas mídias sociais digitais, em que é necessário desconstruir esse imaginário na sociedade, e inclusive entre os próprios executores; combater fake news como, por exemplo, que os adolescentes não aprendem nada ou os profissionais defendem bandidos; “furar a bolha” de se comunicar apenas entre os pares e defensores da Socioeducação; e destacar os avanços das ações deste atendimento e o processo de transformação dos adolescentes.

¹ Implantadas a partir da década de 70, eram estabelecimentos destinados ao acolhimento de adolescentes envolvidos com a prática de ato infracional, considerando a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, década de 60, e como eram anterior ao ECA, tinham um trabalho numa perspectiva mais agressiva e repressiva do ato, além de falta de infraestrutura e a superlotação das unidades, o que resultou em inúmeras mortes de adolescentes, situações de conflitos nas unidades e com o entorno das comunidades onde estavam instaladas.

3 MÍDIA SOCIAL DIGITAL E O INSTAGRAM

Antes de falar sobre Socioeducação no ambiente digital, é necessário destacar um outro ponto de partida. Assim, para este artigo mídia social digital compreende toda comunicação produzida em seus variados formatos no ambiente digital da internet, possibilitando o amplo compartilhamento desse conteúdo (MARTINO, 2014). As mídias sociais estabeleceram uma nova forma de comunicação, de interagir e de socializar com o público a partir de algumas características específicas como a instantaneidade. E, para além do âmbito privado, essa perspectiva refletiu também na presença das instituições públicas, privadas e terceiro setor, que visualizaram nessas plataformas e sua variedade de ferramentas oportunidades para criação de conteúdos de forma interativa; vender produtos e serviços; mobilizar pessoas; estabelecer, ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade; divulgar e promover a transparência dos serviços públicos; e aproximar a população da gestão pública (DUARTE, 2009; MAINIERI; RIBEIRO, 2011).

Dito isso, o Instagram foi a plataforma escolhida para identificar como a pauta da Socioeducação se coloca; uma vez que é considerado uma das mídias sociais mais populares, em comparação às outras. Criado em 2010, por uma dupla de engenheiros, hoje de acordo com o Relatório de Estatísticas Globais Digitais, de julho de 2021, o Insta possui 1,39 bilhão de usuários ativos, e no Brasil é a 4ª rede social mais usada, com 110 milhões de usuários ativos.

A partir de um cadastro simples no aplicativo, o usuário (pessoa anônima, pública ou instituições) pode iniciar sua produção de conteúdo e estabelecer redes de relacionamento com seu público, e cada vez mais será impulsionado a produzir, inicialmente contando com a disponibilidade de recursos que o aplicativo tem, e interagir para conquistar a sua audiência, seus followers (seguidores), angariar likes (curtidas) e mais recentemente os views (visualizações). A junção dessas três partes que compõem a audiência se transforma em engajamento que valida a qualidade do conteúdo produzido, de modo especial para os usuários que se qualificam como produtores de conteúdos esse engajamento é mediado, além da qualidade, pelos algoritmos que ditam o ritmo e frequência de distribuição dessa entrega (ANTUNES, 2016; RECUERO, 2009).

O aplicativo é um dos que sintetiza muitas características de convergência digital. Antunes (2016, p. 12) aponta que esse cenário se configura como “[...] novas redes de produção e circulação de imagens, assim como meios de consumo, comunicação e interações [...]” pelo estímulo ao compartilhamento de conteúdo de forma instantânea em outras plataformas e vice-versa, é possível, por exemplo, a inserção de link, vídeos e imagens num mesmo story, uma das funcionalidades que garante maior audiência, e hoje em dia o aplicativo já se coloca como ponto de busca de notícia para 15% dos usuários do cenário digital.

Em função disso, não basta estar nessa plataforma de qualquer forma, tem que se ter uma produção de conteúdo, considerando as variedades de formatos e de narrativas disponíveis, interagir com o público, para que esse conteúdo seja atrativo, compartilhável e amplamente propagado, inclusive com o suporte dos sites institucionais e outras plataformas (JENKINS, 2014). E nisso consiste um dos desafios para falar sobre Socioeducação no Instagram: tornar esse conteúdo extremamente compartilhável em diversos segmentos, “furar a bolha” de falar apenas entre os servidores e parceiros vinculados para que a divulgação dos serviços prestados possa educar a população sobre os objetivos institucionais que são: adolescentes ressocializados, com ruptura do envolvimento da prática do ato infracional e construção de um novo projeto de vida; servir ainda como estratégia de defesa da política, a partir da construção de um diálogo entre sociedade e governo que promova avanços na gestão pública (MAINIERI; RIBEIRO, 2011).

4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA, POLARIZAÇÃO E INVISIBILIDADES

Quando se fala em gestão de política pública princípios como a publicidade e transparência logo aparecem de forma inerente, nesse sentido a Comunicação Pública (CP) se coloca como uma ferramenta essencial para o atendimento dos princípios mencionados, isto porque ela se coloca como espaço de diálogo entre Estado, governo e sociedade, para melhorar a prestação e a transparência de serviços públicos, facilitar o acesso às informações de interesse geral sobre as políticas executadas, considerando os atores da sociedade, além de educar a população para o entendimento da gestão pública, nesse sentido, preza pelos interesses da sociedade, de forma responsável (DUARTE, 2009).

Contudo, mesmo tendo a CP à disposição das gestões públicas, no contexto político atual, tornou-se lugar comum falar de polarizações e (in)visibilidade de determinadas pautas do interesse público. Em um cenário ideal, o correto seria ter uma pluralidade de opiniões formando uma análise crítica sobre as situações que afetam diretamente a população e sua realidade. Entretanto, a polarização tem assumido papel de destaque e impedindo uma visão holística das políticas, sobretudo, na mídia de massa, e para a CP sobra pouca audiência para a correta promoção de debates das questões públicas.

O fenômeno da polarização incide sobre a comunicação e é necessário entender que:

[...] os processos da polarização se mostram como questão comunicacional na medida em que derivam de diferenças construídas entre seres humanos em convivência e geram riscos para o trabalho da interação [...] o fenômeno da polarização não deve ser confundido com o simples debate de posições contrárias, mesmo veemente. Na polarização não há debate (BRAGA, 2020, p. 24-25).

Existe, assim, uma sobreposição de opiniões, resultado de um processo comunicacional disruptivo em que prevalece o binarismo. D'Almonte (2020, p.6) coloca que “[...] determinados enviesamentos e polarizações podem ser prejudiciais se considerarmos o papel do contraditório na formação de uma opinião pública esclarecida”. Um dos exemplos é o panorama atual com a profusão de informações falsas, que mesmo sendo desmentidas as pessoas ainda optam por compartilhar, porque condiz com seus valores pós-éticos de tornar credível uma não verdade (TIBURI et al., 2017). A gestão Bolsonaro estimulou com suas posturas dissonantes para que situações como essas se sustentem e impactem a sociedade em diversas instâncias. E nesse sentido, Noelle-Neumann (1974), a partir da teoria da Espiral do Silêncio, explica esse cenário ao afirmar que as pessoas não expressavam suas opiniões reais sobre determinada situação, contexto ou fatos por medo da sua opinião não ser bem aceita e se sentir isolada; e agora, com o fenômeno Bolsonaro e o parâmetro da pós-verdade, se sentem autorizadas a compartilhar conteúdos inverídicos e acirrar polarizações.

4.1 Mapeamento da Socioeducação no Instagram

Em tempos fluídos e efêmeros, as mídias sociais digitais se consolidaram na sociedade e em diversos segmentos, sobretudo, para as empresas privadas, iniciativas do terceiro setor e movimentos sociais, além das instituições públicas que passaram a materializar sua existência no ambiente digital, por meio de perfis, páginas e desenvolvimento de um conteúdo que transmita sua mensagem para seus seguidores, utilizando a diversidade de recursos disponíveis no ambiente digital. Ainda assim, existem instituições que não estão considerando esse novo momento da comunicação e a preponderância do digital, para estabelecer uma comunicação estratégica e transparente com a sociedade.

E considerando esse desenvolvimento cada vez mais acelerado do digital e suas plataformas como ferramentas para se conectar ao público, sobretudo no pós-pandemia, esse espaço virtual foi se construindo como um ambiente propício para o debate de uma série de temáticas, a partir do seu potencial e a amplitude de envolver a sociedade em discussões importantes e necessárias. É nesse sentido, a Socioeducação no ambiente digital é uma das pautas que tem buscado espaço e disputa a atenção das pessoas conectadas para melhor compreensão dos programas executados nessa política pública, para demonstrar o trabalho realizado e, por outro lado, abordar as ideias pré-concebidas, tabus sobre a Socioeducação e os adolescentes/profissionais, assim como a necessidade de resguardar a imagem dos adolescentes atendidos por essa política de discursos de ódio e do “CPF cancelado”², entre outros fatores. De outro ponto de vista, na seara pública, pautar a Socioeducação perpassa uma série de condicionantes como o alinhamento de governo e o interesse da gestão estadual em cumprir os preceitos dos eixos da Comunicação Pública: transparência, acesso, interação e ouvidoria social (DUARTE, 2009).

² Expressão/bordão utilizada na imprensa e mídias sociais para se referir a pessoas que cometeram crimes e que por isso devem ser mortas, linchadas, não dignas de pena ou de respeito aos seus direitos fundamentais. E que, portanto, não devem ser reinseridas na sociedade. Em outras palavras, a construção desse discurso sinaliza que parte da sociedade brasileira faz uso da expressão e concorda com a materialização dessa prática (GODINHO NETO, 2021).

Para o mapeamento, buscou-se uma pesquisa de campo nas instituições/secretarias/órgãos que executam o atendimento socioeducativo dos estados brasileiros, com base em dados públicos e abertos como sites institucionais e na plataforma do Instagram nos perfis das instituições. Assim, realizou-se o levantamento de dados, de forma manual, o período inicial das buscas se deu na janela temporal de 28 de junho a 04 julho de 2021, com atualizações posteriores. Para tratamento dos dados, recorreu-se à metodologia de análise da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), na perspectiva da pesquisa quantitativa e qualitativa. O objetivo dessa busca foi avaliar como a Socioeducação está distribuída pelo país, considerando os parâmetros da polarização e abordagem dos processos socioeducativos e a forma como essa temática está presente no Instagram pelo recorte da (in)visibilidade e da Comunicação Pública. Frisa-se que na contemporaneidade essa plataforma já consta como um canal oficial de comunicação dos órgãos públicos no ambiente digital (D'ALMONTE, 2020).

Assim, a Socioeducação no Brasil está desenhada da seguinte forma:

- a) 11 órgãos/secretarias/fundações ou instituições que são alinhadas ao governo estadual pelas áreas da Justiça, Segurança Pública e Administração Penitenciária;
- b) 13 órgãos/secretarias/fundações ou instituições são vinculados às gestões estaduais pelas áreas de Assistência e Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Trabalho, Juventude e Educação;
- c) 3 fundações/órgãos com vinculação direta e indireta ao governo, sem subordinação a nenhuma secretaria.

Diante dos dados mapeados, identificam-se alguns cenários. O primeiro diz respeito a estrutura de governo, ou mais precisamente onde a pauta do atendimento socioeducativo foi alocada na gestão de cada governo estadual. Essa primeira leitura de distribuição da temática da Socioeducação nas gestões estaduais sinaliza um processo de polarização/divisão em ascensão. Percebe-se de um lado, os estados da região Nordeste e alguns do Norte com alocação desta política pública nas áreas da Assistência Social e Direitos Humanos; de outro lado, os estados que alocam o atendimento socioeducativo na área da Justiça e Segurança Pública, sobretudo nas regiões do Centro-oeste, Sudeste, Sul e parte do Norte, que historicamente possuem gestões estaduais mais alinhadas à direita.

Denota-se esse processo de polarização, em análise comparativa dos dados do Levantamento Anual do SINASE³, dos anos de 2018 e 2020. Em 2018, havia 13 estados na vinculação pela Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, mas apenas o estado do Mato Grosso no arranjo Justiça e Segurança Pública, enquanto os demais permaneciam com a Socioeducação focada na área da Assistência Social. Em 2020, já se observa que 03 (três) estados adotam a vinculação exclusiva com a área de Segurança Pública nas regiões Centro-oeste, Norte e Sudeste. E no levantamento para esta pesquisa, em 2021, além da Segurança, aparece também a área de Administração Penitenciária, e subida para 06 (seis) estados vinculados nesta última configuração, com predominância do Centro-oeste e Sul.

Esse panorama atual reflete a influência do cenário político nacional, que se articula em torno do seu compromisso com determinados grupos e ideologia, que além de impor a perspectiva das forças de segurança, almeja a redução da maioria penal, o aumento temporal das medidas socioeducativas, assim como mais rigidez dos processos socioeducativos, pautas que mesmo presentes no cenário nacional ao longo desses anos conforme o cenário de violência se agrava, ganharam contornos mais fortes na gestão de Bolsonaro (D'ALMONTE, 2020).

Importante frisar que essa polarização vai além de uma estrutura política, e mostra sua força no compartilhamento de discursos baseados na cultura do medo, da violência e supressão de direitos humanos, como produto de uma sociedade desigual, e que são divulgados nas mídias de massa (sobretudo as sensacionalistas), mas também nas mídias sociais, são construídos a partir de uma estrutura simbólica que exerce poder de forma “invisível” (BOURDIEU, 1989). E esses discursos encontram um terreno fértil numa parcela significativa da população, Godinho Neto (2021), de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que ao menos 57% da população brasileira concorda com discursos do tipo: bandido bom é bandido morto, cpf cancelado, adote um bandido, bandido a gente educa é na chibata. Nesse contexto, se afirma que pessoas/adolescentes em conflito com a lei não devem ter seus direitos resguardados, negando toda a Constituição Brasileira, e se justifica um maior aparato e posicionamento de segurança na política penal e nas medidas socioeducativas.

³ Embora as publicações oficiais constem os anos citados, os dados levantados referem-se aos anos de 2016 e 2019.

Nesse sentido, importa o raciocínio construído no tópico anterior por Braga (2020) e D'Almonte (2020) que explicitam a respeito da sobreposição de opiniões, da polarização e do impacto dessa ausência de diálogo, do contraditório e da análise baseada em critérios técnicos para a gestão pública, ocorrendo, assim, um processo comunicacional disruptivo em que prevalece o binarismo. Em outra perspectiva, o olhar de Noelle-Neumann (1974) para os processos de silenciamento da sociedade chama a atenção para um falso cenário de concordância em torno dos objetivos das políticas públicas, que a partir gestão do governo Bolsonaro encontraram um terreno fértil para a disseminação de valores pós-éticos e sobreposição de valores (TIBURI et al., 2017).

Aplicando esses conceitos à Socioeducação, observa-se que a polarização do cenário político nacional reflete no processo socioeducativo de forma estrutural e comunicacional, e em outros aspectos também. Do panorama da gestão, tem-se o fortalecimento de determinadas tendências como, por exemplo, a prevalência do cenário de mais alinhado aos valores da direita (liberal e mais militarizado) do que da esquerda (comunista e mais assistencialista), e na forma como o acirramento dessas tendências provoca tensões na execução do atendimento socioeducativo. E, por fim, em como essa temática será tratada também no cenário de comunicação, qual o discurso e conteúdo predominantes, e até na forma como os servidores dos órgãos/instituições executores se pronunciam ou não nas mídias sociais a partir da criação de outras narrativas e compartilhamentos com base na opinião do bloco dominante em que se encontra (D'ALMONTE, 2020; NOELLE-NEUMANN, 1974).

Por sua vez, o segundo cenário para leitura, quando essa estrutura de gestão pública é projetada para o ambiente digital na perspectiva da comunicação, diz respeito sobre a presença da Socioeducação nas mídias sociais e se essa pauta considera as orientações da Comunicação Pública (CP), com o apoio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016). No cenário em que nos encontramos, a plataforma do Instagram, embora seja um aplicativo de iniciativa privada, já compõe e se consolidou como parte do conjunto de canais de comunicação dos órgãos públicos, dada as suas possibilidades de criação de conteúdo, o seu rápido compartilhamento das informações, que promove o engajamento, um alcance significativo e uma aproximação da sociedade. E nesse sentido, a utilização da plataforma e o conteúdo produzido devem considerar também os eixos fundamentais da CP: transparência, acesso, interação e ouvidoria social (DUARTE, 2009; SANTOS; SILVA; MACIEL, 2021).

Com base neste norteamiento, ainda de acordo com os dados encontrados, identificou-se que dos 26 estados e mais o Distrito Federal, cerca de 96% estão no ambiente digital, com perfis no Instagram. Apenas o órgão/instituto do estado do Mato Grosso do Sul não possui nenhuma página ou perfil no IG, nem a secretaria a qual está vinculado; este utiliza tão somente o perfil institucional da sua respectiva gestão estadual.

Quanto aos demais estados, dos que possuem perfis, 13 (treze) órgãos/instituições e fundações têm sua própria página no IG, que são eles: Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

A região Nordeste que desponta com 7 (sete) perfis que produzem conteúdo sobre a Socioeducação de forma direta, a partir das ações executadas em seus programas socioeducativos, focando nos pilares previstos pela ECA: escolarização, profissionalização, esporte, cultura e lazer, e vínculo familiar e comunitário, e pelo menos em um dos eixos da CP como, por exemplo, a transparência e a ouvidoria.

No Maranhão, um dos perfis mais novos, a inserção da FUNAC nas mídias sociais digitais ocorreu em julho de 2020, no contexto de pandemia em que foi necessário estar mais presente nas mídias sociais digitais, para reforçar a divulgação do trabalho da instituição e se comunicar de forma mais rápida com os servidores. Atualmente, o perfil está em desenvolvimento, com crescimento de seguidores e produção de conteúdo diário a partir das ações executadas pela FUNAC. Antes disso, a presença da instituição em plataformas digitais, considerando o recorte a partir do governo de Flávio Dino (1ª gestão e mandato atual), se efetivou por meio da produção de conteúdo para as redes do governo do Estado (quando a orientação inicial era um perfil único), e posteriormente na página da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) (quando houve a adoção de outros perfis na plataforma Instagram por segmento de política pública), à qual existe a vinculação da FUNAC.

E mais um destaque para o estado do Ceará, no qual a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) possui perfil com selo de verificação pela plataforma do IG. Fora do eixo nordeste, outra página que tem o selo é o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), do Rio de Janeiro. Esses selos são atribuídos aos perfis mediante critérios como autenticidade, credibilidade, exclusividade, integralidade e notabilidade. Considerando as especificidades da pauta da Socioeducação, é um avanço significativo, inclusive no cenário nacional, que materializa a realização da produção de conteúdo sobre o atendimento socioeducativo com qualidade. O que se observou foi que nas páginas que tem um foco mais exclusivo à Socioeducação, conforme a Figura 1, os conteúdos tendem a se aproximar mais dos aspectos centrais da CP e se colocam no sentido de publicizar e dar transparência às ações, focando na transformação do projeto de vida dos socioeducandos, assim como no sentido da interação nos comentários com o propósito de desmistificar eventual preconceito sobre a pauta e aproximam mais a sociedade desta temática.

Figura 1 – Perfis no Instagram sobre Socioeducação do Nordeste.

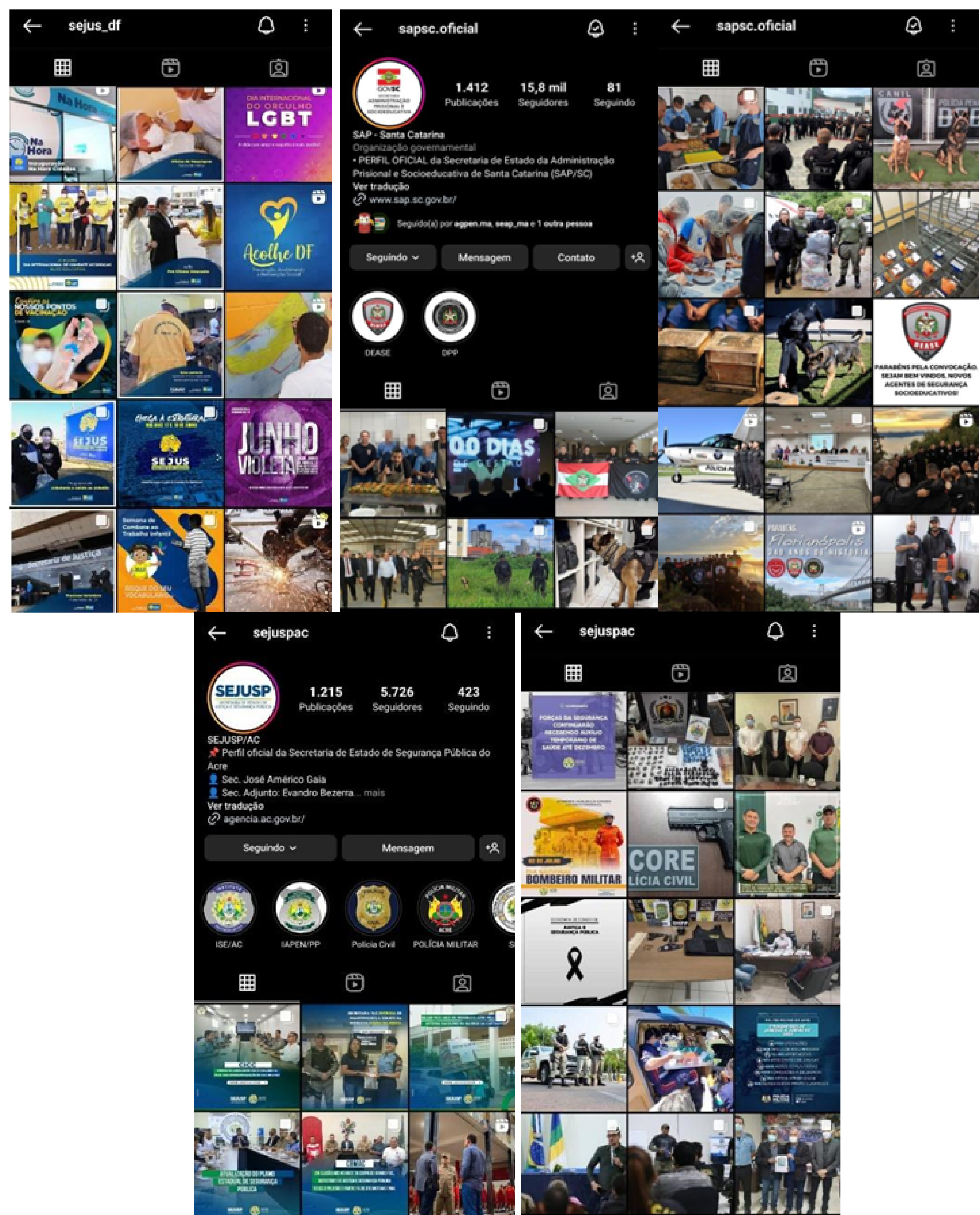


Fonte: Capturas de telas produzidas pelas autoras (2021).

Nos demais 13 (treze) estados, a pauta da Socioeducação está no ambiente do IG, mediante as secretarias vinculadas ou páginas institucionais de governo, projetando no ambiente digital a mesma estrutura de governança e são eles: Acre, Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins

Nesse sentido, observou-se que a pauta se fragmenta, pois, as ações sociopedagógicas das unidades são subaproveitadas, competem internamente por sua visibilidade com outras temáticas, e a sociedade não tem uma visão mais ampla e estrutural do conteúdo, assim como não gera o vínculo com o público. Nesse sentido, as postagens do Distrito Federal, por exemplo, materializam esse formato de invisibilidade, porque o viés perpassa pela questão da “vontade política”, de dar o devido destaque e atenção ao debate do socioeducativo, o que demonstra um caminho contrário às diretrizes da Comunicação Pública, que propõe a transparência das ações. Além disso, percebeu-se também o reforço da tendência militarizada da pauta nos perfis que aglutinam os conteúdos sobre o Sistema Penitenciário, as ações da Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, as menções/referência à política de Socioeducação são escassas, e quando as fazem, o conteúdo varia em torno do aprisionamento ou da profissionalização dos adolescentes, reforçando o processo de invisibilização desse público/temática como, por exemplo, nos estados do Acre e Santa Catarina, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Perfis no Instagram sobre Socioeducação com páginas vinculadas.



Fonte: Captura de tela produzida pelas autoras (2021).

Nessa linha de raciocínio, a (in)visibilidade dos conteúdos sobre Socioeducação assim como a não observância da CP no Instagram é um ponto que passa por uma variedade de condicionantes e camadas estruturais que se colocam, desde a autorização/alinhamento do órgão/instituição de ter um perfil próprio numa mídia social, passando pelo investimento de recursos na equipe de comunicação/equipamentos necessários, pela capacidade técnica das assessorias de comunicação em produzir conteúdo atrativo das atividades realizadas e, inclusive, de desconstruir junto aos gestores receios sobre a temática em plataformas digitais, aspectos esses que até extrapolam os objetivos destes tópicos.

Mas em linhas gerais, sob a presença da temática da Socioeducação nas mídias sociais, o que ocorre é um processo de (in)visibilidade em pautas de interesse público, D’Almonte (2020) coloca que mais que gerenciar a visualização e modo de ver determinadas temáticas nas mídias sociais, deve-se atentar que hoje o ambiente digital requer um outra forma de tratamento, colocando-o como “entidade constitutiva de governança”, que tem seus interesses também. Nesse sentido, o percurso a ser feito é a promoção de mais debates sobre as implicações dessa gestão da (in)visibilidade nas pautas de interesse público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo se propôs a mapear a presença da pauta Socioeducação no IG, no cenário nacional e visualizar como os governos posicionam os órgãos/instituições executores dessa política, entender um pouco de como se dá a relação com o conteúdo produzido.

As perspectivas que se apresentaram deram conta de um processo de polarização com prevalência de duas áreas: segurança x assistência social, de forma muito significativa, resultado da influência do contexto político nacional na execução dessa política. E a tendência é que se persistir o contexto de polarização, mais acirrado serão as disputas no campo socioeducativo, seja na seara das legislações, fóruns de articulação ou na execução das rotinas sociopedagógicas.

E outro relacionado é a (in)visibilidade dos conteúdos sobre Socioeducação no IG, pois não basta ter uma página, estar no Instagram, é necessário a produção de conteúdo a partir dos propósitos e objetivos previstos nesta política e estimular o interesse da população para a participar da gestão pública, utilizando os recursos e diretrizes da CP, que no levantamento foi o tópico no qual se teve mais dificuldade de afirmar ou refutar a presença da CP. Constatou-se que dos órgãos/instituições que possuem páginas vinculadas é necessário destacar melhor a pauta do socioeducativo, com estratégias e planejamento com vistas a demarcar a sua existência nesse espaço digital. Para os que têm seu perfil próprio, em alguns casos, é necessário utilizar melhor essa plataforma para produzir conteúdos propagáveis e que atendam as perspectivas da comunicação pública.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Bianca. Binômio Fama e Tecnologia: o papel dos dispositivos móveis no processo de construção de popularidade de sujeitos comuns no Instagram. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 9., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Simpósio Nacional da Abciber, 2016. p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/39tcjSU>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989.

BRAGA, José Luiz. Polarização como estrutura da intolerância: uma questão comunicacional. In: HELLER, Bárbara; CAL, Danila; ROSA, Ana Paula (org.). **Midiatização (in)tolerância e reconhecimento**. Salvador: Edufba, 2020. p. 19-35.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Levantamento anual do Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE): Eixo 03 – **Programa do SINASE**. Brasília, DF: SINASE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wn9l5S>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CARLOS, Viviane Y. Os fundamentos pedagógicos que sustentam a Socioeducação no Brasil: desvendando os nexos da proposta construída ao longo de um século. 2019. 212 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – **Universidade Estadual de Londrina**. Centro de Estudos Sociais Aplicados, Londrina, 2019.

COSTA, Cândida da. Dimensões da medida socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 62-73, jan./jun. 2015.

D'ALMONTE, Edson. Redes sociais e questões de interesse público em tempos de polarização ideológica. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 29., 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2020. p. 1-21. Disponível em: <https://bit.ly/3wxrR1f>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GODINHO NETO, Solon P. “CPF Cancelado”: um estudo sociológico do linchamento em Manaus-Brasil. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, **Universidade Federal do Amazonas**, Manaus, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/39vBIRc>. Acesso em: 9 nov. 2021.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua.; FORD, Sam. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Editora ALEPH, 2014.

MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva Márcia A. O. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. **Revista Organicom**, v. 8, n. 14, p. 51-61, 2011.

MARANHÃO. **Fundação da Criança e do Adolescente**. Projeto Político Pedagógico. São Luís, 2017. 110 p.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. The Spiral of Silence a Theory of Public Opinion. **Journal Of Communication**, v. 24, n. 2, p. 43-51, 1 jun. 1974. Disponível em: <https://abre.ai/f2qU>. Acesso em: 5 jun. 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTOS, Bernadete da S.; SILVA, Maria Felícia S. da; MACIEL, Cristiano. O uso do Instagram pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso como ferramenta de Comunicação Pública. In: WORKSHOP DE COMPUTAÇÃO APLICADA EM GOVERNO ELETRÔNICO (WCGE), 9., 2021. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 37-48.

SILVA, Priscila Swaze Anchieta . Entre laços e nós: contribuições da família no cumprimento de medida de internação por adolescentes em São Luís/MA. 2018. 142 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – **Departamento do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão**, São Luís, 2018.

TIBURI, Marcia. et al. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: DUNKER, Christian. et al. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

Artigo recebido em: 18 maio 2022. | Artigo aprovado em: 13 abr. 2023.